



Parcela camponesa cerratense *Cerratense peasant parcel*

CARMO, Flávio¹; SOARES, Carlos²

¹ Agricultor Assentamento Canaã, flaviodycarmo123@gmail.com; ² Graduando Universidade de Brasília, eng.soarescarlos@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA POPULAR

Eixo Temático: Campesinato e Soberania Alimentar

Apresentação e Contextualização da experiência

O pré-assentamento Canaã localizado no Incra 6 (Brazlândia –DF) região que já existia antes mesmo da criação da nova capital Federal, fazia parte do município de Santa Luzia-GO que hoje é conhecido como Luziânia-GO. Logo com a criação de Brasília essa área foi anexada ao projeto PICAG (projeto integrado de colonização agrária Alexandre Gusmão) idealizado pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek que vai desde o Incra 01 ao 09 localizado no Distrito Federal, trazendo em sua maioria japoneses que ganharam terras e maquinários para se iniciar uma produção de frutas e hortaliças com viés de abastecer Brasília, com todo amparo de assistência técnica e financiamentos por parte do governo, décadas depois essa área foi passada como concessão para a estatal do Governo do Distrito Federal chamada PROFLOA, que plantou mais de 16 mil hectares de eucaliptos e pinos no território modificando a paisagem e modelo de produção com espécies exóticas. Atualmente esse território está em processo de ocupação a mais de uma década através do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), dentro desse contexto o pré-assentamento Canaã vem se tornando referência em produção orgânica e agroflorestal além da regeneração da bacia hidrográfica do descoberto no DF.

A partir do ativismo em movimentos ambientalistas populares aos longos dos anos, Flavio conheceu Gaspar Martins que na época era militante e um dos fundadores do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Distrito Federal, cuja essa militância nos movimentos possibilitou a participação em um acampamento em 2011 que culminou na conquista da área para implantação do pré-assentamento rural Canaã e sua ingressão no MST permanecendo na luta pela terra.

Atualmente o pré-assentamento Canaã conta com uma área de 368 hectares divididos em 65 parcelas de 05 hectares cada. Existem no assentamento, duas organizações, a Associação Agroecológica das Mulheres Rurais do pré-assentamento Canaã e a Cooperativa COTAPLUS que foi cedida pela 26 de setembro, que vem promovendo uma gestão solidária e coletiva. Frente importante de atuação foi a participação de Flavio como presidente da gestão anterior da Associação das Feiras Agroecológicas e do Artesanato da Ponta Norte localizada na Asa Norte do Plano Piloto de Brasília/DF o que contribui para o escoamento da produção de produtores e produtoras do pré-assentamento Canaã.



A trajetória de Flavio até a chegada em sua parcela mostra as dificuldades e lutas enfrentadas por diversos brasileiros na luta pela terra. Segundo os estudos realizados por (BORGES,2012) “a luta pela terra acaba por mobiliza agricultores(as) familiares que buscam um modelo de produção através da conscientização política e coletivas com estratégias organizadas contestando os mecanismos de produção estabelecidos.”

Desenvolvimento da experiência

Desde 2011, as principais lutas culminaram na implementação da Unidade de Conservação Veredinha e na criação do pré-assentamento Canaã. Residindo com seu filho produz em sistema agroflorestal, hortaliças tradicionais, Plantas Alimentícias Não Convencionais além de tanque de peixes para complementar a renda familiar.

A luta pela agroecologia no território veio por meio da implementação de sistemas agroflorestais, impulsionados por dois fomentos: um da WWF Brasil, pelo Programa Água Brasil, e outro pelo Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade (CIRAT) de agrofloresta mecanizada. Cerca de um hectare de agrofloresta foi implantado na "Parcela Camponesa Cerratense". A defesa da agroecologia não está apenas no território do Canaã, mas também em vários assentamentos ao redor de Brazlândia - DF. A experiência é pioneira na recuperação da Bacia do Rio Descoberto por meio da implementação dos sistemas agroflorestais.

O acesso a programas governamentais é feito através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Outra forma de organização diz respeito às Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), como um instrumento da reforma agrária popular que une o campo e a cidade. Mantém ainda projetos em parceria com a Embrapa Hortaliças utilizando transferência de tecnologias cultivando hortaliças não convencionais como ora-pro-nóbis, azedinha, vinagreira, Chaia e moringa, resgatando assim o patrimônio genético da agricultura tradicional que foi perdido ao longo do tempo.

Atua na frente das feiras agroecológicas do MST, onde já coordenou e fez parte da diretoria da “Feira da Ponta Norte”. Essa feira foi estruturada como um espaço do movimento social, construindo a reforma agrária em defesa dos bens naturais da sociedade e dos direitos humanos. É um local importante de escoamento da produção, proporcionando circuitos curtos de comercialização. A frente de feiras do MST do Distrito Federal, propõe fortalecimento e expansão das mesmas para promoção da soberania alimentar.

Desafios

A certificação orgânica da parcela foi e continua sendo um dos principais desafios, uma vez que o processo de obtenção durou em torno de três anos e foi necessário



cumprir todas as exigências da legislação para certificação, com base na lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003) “garantindo que a estrutura e os processos estejam em conformidade com os requisitos exigidos pelos órgãos reguladores”.

A certificação é fundamental para garantir a qualidade e a segurança dos produtos, tanto para os consumidores, que podem confiar na sua procedência, quanto para abrir portas e acessar novos mercados. No entanto, é importante ressaltar que o maior desafio encontrado hoje por Flávio consiste no pagamento anual da certificação emitida pela AGE (Associação de Agricultura Ecológica) que fica em torno de 1200 R\$ e muitas vezes esse valor acaba ficando alto. Colocando este como um requisito rigoroso para o controle anual do registro perante os órgãos certificadores competentes, essa renovação é essencial para que se possa continuar produzindo e comercializando seus produtos com a mais alta qualidade e procedência, ao mesmo tempo em que fortalece a agricultura familiar confiante para o desenvolvimento sustentável de sua comunidade.

Outra questão enfrentada é a regularização fundiária do pré-assentamento Canaã e da parcela cerratense através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que já vem se arrastando há mais de dez anos para obtenção da documentação, além da falta de ampliação das políticas públicas ao território.

O Canaã atualmente se destaca como um das maiores produções em sistema agroflorestais do Distrito Federal, e tem como problemática o acesso à água, sem essa liberação de outorga o governo não realiza o ligamento dos encanamentos de água ou abertura de poços artesianos, devido a lei Distrital nº 2725 de 13 de junho de 2001, (DISTRITO FEDERAL,2001) “a outorga do direito de uso de recursos hídricos.”

Outra problemática seria com a morosidade do IBRAM (Instituto Brasília Ambiental) que tem o papel de agente fiscalizador atuando na gestão de unidades de conservação do DF, sendo responsável pelo licenciamento do território do Canaã que vem tornado limitado o desenvolvimento como um todo devido a dificuldades de acesso a licenciamentos.

Além da regularização fundiária, o desafio é garantir que a área cumpra sua função social. A especulação imobiliária e a grilagem de terras dentro do assentamento Canaã é uma realidade. Além disso, há a necessidade de melhorar a logística dos pontos de entrega de produtos dentro do Distrito Federal e obter mais acesso às políticas públicas tornando possível esse desenvolvimento.

Principais resultados alcançados

A jornada de Flávio e seus companheiros e companheiras no pré-assentamento Canaã tem sido repleta de conquistas notáveis. Ao longo desse caminho, eles adquiriram conhecimentos e desenvolveram habilidades na produção de orgânicos



e sistemas agroflorestais, produção de PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais), farinhas para pães e especialização em produção de peixes.

A experiência é notável em ações de fortalecimento da agricultura familiar, produção orgânica e liderança das lutas sociais do campo a partir de princípios sustentáveis e preservação do meio ambiente.

Além da produção em sistemas agroflorestais, eles diversificaram suas atividades agrícolas, incluindo o cultivo de hortaliças em seu empreendimento, o extrativismo de frutos do cerrado, beneficiamentos de produtos desidratados e a valorização da culinária regional. Essa diversificação contribui não apenas para a variedade de produtos oferecidos, mas também para a sustentabilidade econômica, permitindo a exploração de diferentes mercados e garantindo uma renda mais estável.

A parcela possui recursos naturais limitados para as atividades, um poço artesiano furado visto como ilegal pelo estado, garante parte do abastecimento de água necessário para irrigação das hortaliças, a adoção de práticas orgânicas reforça a qualidade dos produtos como selos de orgânicos. Essas certificações são importantes para agregar valor aos produtos e garantir não só a confiança dos consumidores como o escoamento do mesmo.

Disseminação da experiência

A trajetória e história de Flávio vão além de suas conquistas individuais. Ele desempenha papel fundamental de liderança na disseminação de seu conhecimento e experiência para outros produtores. Através dos cursos feitos pelo SENAR e de suas vivências dentro dos movimentos de luta do campo, ele compartilha suas práticas bem-sucedidas, promovendo uma troca de informações e aprendizado em conjunto com o pré-assentamento Canaã.

Além disso, como participante da associação da Feira da Ponta Norte e das feiras agroecológicas do MST no Distrito Federal, ele tem a oportunidade de compartilhar suas práticas agrícolas e fortalecer o desenvolvimento da agricultura familiar na região.

O engajamento de Flávio nos movimentos sociais contribui para fortalecer a rede de agricultores familiares e Co-agricultores na defesa de seus direitos e interesses. Essa participação ativa demonstra seu compromisso com a melhoria das condições de vida no campo.

Referências

BORGES, A. Movimento Sociais e Sustentabilidade: Os Desafios da Extensão Rural Agroecológica em Assentamentos de Reforma Agrária. **Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v.17, n.1, p. 203-230, jan./jun. 2012



BRASIL. LEI No 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm.

DISTRITO FEDERAL. Lei N° 2.725, de 13 de junho de 2001. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/50682/Lei_2725_13_06_2001.html